

Sumário

Número de notícias: 26 | Número de veículos: 16

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Categorias se mobilizam por reajuste 3

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

MP mira pessoa física nas importações 4

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Comissão de juristas pode alterar custas judiciais e Carf 5

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Congresso deveria regulamentar greves do funcionalismo público (Editorial) 6

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Trabalhador vê renda sob ameaça da inflação 7

PORTAL UOL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

MP do INSS sobrecarrega servidores e não reduz filas, dizem especialistas 8

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Guedes quer ampliar imposto de "super-ricos" 10

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

'Nova' reforma prevê taxar acionista em 10% 11

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Guedes defende versão mais enxuta de reforma tributária 12

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

País tem crises na política e economia - MÍRIAM LEITÃO 13

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo vai reduzir imposto de importados 14

G1 - NACIONAL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Imposto de Renda 2022: última correção da tabela foi em 2015; relembre 15

RÁDIO NACIONAL DE BRASÍLIA FM 96,1 - DF - REPÓRTER NACIONAL 1ª EDIÇÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Texto defendido por Guedes é mais simples do que os demais da reforma tributária 17

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Sob Bolsonaro, salário mínimo encolhe 18

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Petrobras autoriza diesel 8,8% mais caro 19

Terça-Feira, 10 de Maio de 2022

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
ECONOMIA

R\$ 18 bi de lucro em 3 meses 21

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
ECONOMIA

Os alertas que vêm de fora (Editorial) 22

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Por que o modelo ultraliberal não funciona? (Artigo) 23

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
ECONOMIA

Enquanto isso... ..salário mínimo deve sofrer perda recorde 25

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Imposto de importação de 11 produtos será zerado 26

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Sob impulso da carteira de crédito, lucro do Itaú sobe 15% e alcança R\$ 7,4 bi no 1º trimestre
..... 28

O ESTADO DE S. PAULO - OPINIÃO
ECONOMIA

Inflação acelerada, crescimento travado (Editorial) 29

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Petrobras reajusta diesel e governo avalia ampliar subsídio a combustível 31

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Aumento deve pressionar inflação de outros setores, avaliam especialistas 33

O GLOBO - RJ - CAPA
ECONOMIA

Petrobras aumenta preço do diesel; alta no ano chega a 47% 34

O GLOBO - RJ - MUNDO
ECONOMIA

Bolsa brasileira zera ganho no ano, e dólar vai a R\$ 5,15 35

Categorias se mobilizam por reajuste



**TAISA MEDEIROS FERNANDA STRICKLANDRAPHAE
FELICE**

O recuo do presidente Jair Bolsonaro (PL) sobre o reajuste e a reestruturação das carreiras da Polícia Federal fez com que a categoria iniciasse uma série de mobilizações em todo o país. Por causa da pressão das demais categorias do serviço público federal, o governo anunciou um reajuste linear de 5%, mas não retomou as conversas com policiais federais - uma das bases eleitorais de Bolsonaro - sobre a promessa feita em 2021. Para o Orçamento de 2022, foi aprovado R\$ 1,7 bilhão para a realização da reestruturação das carreiras da segurança pública.

Em assembleia, diferentes categorias da PF fecharam novas datas para as paralisações. A Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapef) definiu três manifestações: na quinta-feira - em todos os estados - e no dia 19. Também está marcada para 1º de junho uma marcha em Brasília que contará com a presença de integrantes da Polícia Rodoviária Federal (PRF).

Segundo Marcus Firme, presidente da Fenapef, os protestos podem se intensificar. "A depender do ambiente político, podemos convocar assembleia e definir algo mais incisivo", disse.

Já a Associação dos Delegados de Polícia Federal (ADPF) confirmou que foram aprovadas paralisações parciais e mobilizações. O clima é de indignação, pois os delegados entendem que estão sendo desvalorizados. Em nota enviada na semana passada, definiram como "vergonhoso" o estado ao qual "estão submetidos os policiais", apesar de Bolsonaro ter sido eleito com a segurança pública como uma das principais bandeiras.

"A categoria teve significativas perdas como:

desamparo a família do policial morto em serviço; redução real do salário, ante o aumento da alíquota da contribuição previdenciária; trabalho em regime de sobreaviso não remunerado ou compensado; diárias cujos valores não pagam todos os gastos do policial com hospedagem, alimentação e transporte durante a missão, tendo o servidor que custear o restante com o próprio salário", diz nota da ADPF.

Audidores fiscais

Enquanto as categorias da segurança avaliam os sinais emitidos pelo Palácio do Planalto e pela equipe econômica, os servidores das demais carreiras do funcionalismo seguem de braços cruzados. No caso dos auditores fiscais da **Receita Federal**, representados pelo Sindifisco Nacional, as demandas vão além do reajuste salarial.

Segundo o sindicato, a mobilização da categoria ocorre por três questões. "O baixo orçamento da **Receita Federal**, a falta de concursos públicos, que não ocorrem há mais de oito anos, e a regulamentação da Lei 13.464/2017, que trata do bônus da categoria e outras disposições", informou em nota.

Já os servidores do Banco Central, representados pelo Sinal, retomaram a greve na semana passada e contam com a adesão de mais de 50% do quadro funcional. As demandas apresentadas pela categoria são a reposição da **inflação** de 27% nos salários, além da reestruturação da carreira de técnico e de analistas do BC. O sindicato informou ao Correio que o governo ignorou a realização de reuniões para tentar solucionar o impasse.

MP mira pessoa física nas importações

Lu Aiko Otta

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187212?page=8§ion=2

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187212?page=8§ion=2

Comissão de juristas pode alterar custas judiciais e Carf

Joice Bacelo e Beatriz Olivon Do Rio e de Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187212?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187212?page=1§ion=1

Congresso deveria regulamentar greves do funcionalismo público (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Trabalhador vê renda sob ameaça da inflação

Marcelo Osakabe De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187212

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187212

MP do INSS sobrecarrega servidores e não reduz filas, dizem especialistas

Anaís Motta

Mudanças no **INSS** (Instituto Nacional do Serviço Social) anunciadas pelo governo como importantes para reduzir as filas não devem ter esse efeito e ainda ameaçam sobrecarregar servidores, segundo especialistas e um representante da categoria ouvidos pelo UOL . Até fevereiro, segundo o próprio **INSS**, mais de 1,7 milhão de pedidos de benefícios estavam em análise . A maior parte deles, 1,1 milhão, há mais de 45 dias. Outros 487 mil esperam perícia médica.

As mudanças constam na MP (Medida Provisória) 1.113, assinada pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) em 20 de abril . A ideia central, segundo o governo, é tornar o processo mais célere, dando agilidade na concessão de benefícios como pensões, aposentadorias e BPC [Benefício de Prestação Continuada] .

O UOL procurou o Ministério do Trabalho e Previdência duas vezes para questioná-lo sobre as críticas feitas à MP, mas não recebeu retorno até a publicação desta reportagem.

As alterações afetam dois tipos de benefícios:

Auxílio por incapacidade temporária (auxílio-doença)

É aquele concedido quando o trabalhador tem um problema de saúde passageiro, que prejudica temporariamente sua capacidade de trabalhar.

O que mudou? Agora esse benefício poderá ser concedido sem que o trabalhador passe por perícia médica.

Auxílio-acidente

É o benefício pago ao trabalhador acidentado que sofreu sequelas definitivas, que reduziram sua capacidade para o trabalho.

O que mudou? Esses benefícios foram incluídos no pente-fino do **INSS**, o que significa que os beneficiários precisarão passar por novas perícias de tempos em tempos.

A dispensa da perícia médica pode sobrecarregar o trabalho dos servidores em alguns casos, diz o

advogado Marco Aurélio Serau Júnior, professor da UFPR (Universidade Federal do Paraná).

Esses funcionários passariam a ter uma nova função, antes atribuída aos peritos: a de analisar documentos e laudos médicos para determinar se um cidadão tem ou não direito a um benefício previdenciário ou assistencial.

Pelos termos da MP, quem fará essa análise não serão os peritos, então é uma atribuição nova aos servidores [administrativos] , afirma.

Cristiano dos Santos Machado, diretor da Fenasps (Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Previdência e Assistência Social), diz que os servidores já estão no limite e que as mudanças previstas na MP vão piorar esse cenário.

Nós temos colegas que fazem 50, 60 horas por semana para conseguir cumprir as metas de produtividade. Já há uma sobrecarga sobre os servidores , diz. A categoria já chegou ao seu limite, está adoecendo. Essa sobrecarga de trabalho tem um limite humano. Se você pensar em um servidor que está trabalhando 12, 15 horas por dia, é natural que os erros de análise possam aumentar, por exemplo.

Para Serau Júnior, o importante é que o regulamento, a ser apresentado pelo governo federal, indique algumas hipóteses mais precisas, com um roteiro de trabalho para os servidores.

Ele faz referência ao ato do Ministério do Trabalho e Previdência para regulamentar os termos estabelecidos pela MP, que ainda não foi publicado.

Tanto Serau Júnior, da UFPR, quanto Machado, da Fenasps, dizem acreditar que o mais importante é a forma como as mudanças previstas na MP serão aplicadas na prática.

Para o professor, a inclusão do auxílio-acidente no chamado pente-fino do **INSS** faz sentido , mas precisa ser feita com rigor para não prejudicar os segurados.

O auxílio-acidente é pago a quem tem alguma incapacidade parcial para o trabalho. Essas lesões eventualmente podem ter alguma mudança. É interessante que o **INSS** faça a revisão desses

benefícios, mas é preciso haver razoabilidade. Espero que o **INSS** tenha muito critério, muito cuidado , diz Serau Júnior.

Para ele, a medida também sobrecarrega o trabalho dos servidores, porque é mais uma atribuição. Não podemos ser cegos para isso , afirma.

O diretor da Fenasps classificou a revisão periódica do auxílio-acidente como arriscada , ainda que reconheça ser uma prerrogativa do **INSS** convocar os segurados para refazer os exames regularmente.

Muitos segurados que recebem outros benefícios, já sujeitos a revisão, ficam surpresos ao chegar a uma agência do **INSS** e descobrir que deveria ter feito a perícia médica, diz Machado, que é servidor administrativo.

A pessoa só descobre quando o benefício já está cortado , afirma.

Ele também critica o termo usado pelo governo, pente-fino . É até pejorativo com os segurados, com os trabalhadores doentes e lesionados. É como se eles quisessem excluir essas pessoas da Previdência , diz.

O IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário) também se posicionou contra a inclusão do auxílio-acidente no pente-fino do **INSS**.

Para a entidade, a mudança afronta a essência do benefício, que tem como objetivo indenizar vítimas de acidentes de trabalho com sequelas definitivas, que tenham causado perda parcial de sua capacidade laboral. Se as sequelas são permanentes, diz, não faz sentido revisá-las periodicamente.

Como se pode considerar, por exemplo, a reversão de um membro amputado ou um tendão rompido? , disse o IBDP em nota técnica , acrescentando que uma mudança como esta não deveria ser feita por meio de MP, já que não é urgente ou relevante .

Todos os citados na reportagem defendem a contratação de novos servidores como forma de reduzir a fila de espera.

Em 2012, o **INSS** tinha 37.980 funcionários. Já em 2020, de acordo com os últimos dados divulgados, eram 20.555 -uma redução de quase 46% em oito anos. O último concurso foi feito em 2015.

Essa MP não muda muita coisa em relação ao atual cenário do **INSS**. É ilusão achar que o atual quadro de servidores, mesmo trabalhando em jornadas extensivas, vai reduzir as filas. A redução só vai se dar com a contratação de novos servidores. Só assim a

gente conseguiria dar vazão a esses processos , avalia Machado, da Fenasps.

Para o IBDP, as medidas -em especial, a possibilidade de concessão de benefícios sem perícia médica- podem ser irrisórias caso não haja aumento na estrutura de pessoal qualificado para tal intento, haja vista que os documentos médicos dependem de conhecimento técnico para que a análise seja eficaz.

Especialistas ouvidos pelo UOL no final do mês passado já haviam atribuído a demora na concessão de benefícios à redução no quadro de servidores do **INSS**. Nos últimos dez anos, o tempo médio de espera quase triplicou, passando de 30 dias em janeiro de 2012 para 82 dias em fevereiro deste ano .

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/05/10/mp-1113-mudancas-na-analise-de-beneficios-do-inss.htm>

Guedes quer ampliar imposto de "super-ricos"

Brasília - O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem que o governo pode apresentar uma versão "mais enxuta" do projeto da **reforma tributária**, com a proposta de aumento do Imposto de Renda dos milionários e redução dos **impostos** cobrados sobre as empresas, para destravar a tramitação na Câmara dos Deputados. "A hora é agora. Já aprovamos essa reforma na Câmara, ela está travada no Senado. Podemos fazer uma versão mais enxuta, tributando os su-per-ricos e reduzindo o imposto sobre as empresas", disse Guedes durante a apresentação de nova ferramenta para monitorar os investimentos no país.

Guedes defendeu ainda menor tributação sobre a indústria "para permitir que o Brasil, que tem todas as matérias-primas, seja uma potência mundial". Ele disse que o governo já segue nesse caminho e mencionou a redução no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), promovida via decretos publicados no fim do mês passado.

A fala do ministro ocorre depois de o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), ter suspenso, na sexta-feira, parte da redução do IP, atendendo ao pedido do partido Solidariedade. A legenda alegou que a redução do IPI em todo o país para produtos que também são produzidos na Zona Franca de Manaus prejudicaria a vantagem competitiva e o desenvolvimento da região.

Moraes suspendeu liminarmente (de maneira provisória) a redução do IPI para todos os produtos que também sejam produzidos na Zona Franca, onde vigora regime tributário diferenciado, protegido pela Constituição. Isso inclui itens como sapatos, TVs, aparelhos de som, móveis, brinquedos e outros.

"A redução de alíquotas nos moldes previstos pelos decretos impugnados, sem a existência de medidas compensatórias à produção na Zona Franca de Manaus, reduz drasticamente a vantagem comparativa do polo, ameaçando, assim, a própria persistência desse modelo econômico diferenciado constitucionalmente protegido", escreveu o ministro.

O Monitor de Investimentos foi lançado ontem em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e apoio financeiro do governo do Reino Unido, por meio de um fundo dedicado ao

desenvolvimento sustentável. Na plataforma ficam disponíveis dados e projeções sobre a economia brasileira e os planos de desenvolvimento para os setores como os de infraestrutura, energia, conectividade e saneamento. A ideia é que a ferramenta traga o detalhamento e a avaliação sobre a sustentabilidade de todos os projetos de parceria público-privada existentes no Brasil.

"A plataforma vai reunir para o investidor informações relevantes sobre cada projeto disponível, dados da série histórica, aspecto social, aspecto ambiental, plano de expansão e todas as informações necessárias para ajudar a ilustrar não só projeções de investimento como para dar subsídio na tomada de decisão", explicou Daniella Marques, secretária de Produtividade e Competitividade do ministério.

A hora é agora. Já aprovamos essa reforma na Câmara, ela está travada no Senado. Podemos fazer uma versão mais enxuta, tributando os super-ricos e reduzindo o imposto sobre as empresas" Paulo Guedes, ministro da Economia

'Nova' reforma prevê taxar acionista em 10%



ADRIANA FERNANDES

Em uma proposta de **reforma tributária** mais enxuta costurada pelo governo com o Congresso, a taxa de lucros e dividendos pode ficar em 10%, patamar mais brando do que a alíquota de 15% prevista no projeto do Imposto de Renda aprovado na Câmara e paralisado no Senado desde o ano passado. Hoje, os lucros e dividendos pagos aos acionistas de empresas são isentos.

A queda da alíquota da tributação do lucro das empresas - Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) mais a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) - seria mais branda também, passando de 34% para 30%. Se aprovadas, as medidas entrariam em vigor no ano que vem.

No texto aprovado pela Câmara, o corte da tributação da alíquota do IRPJ recuava dos atuais 25% para 18%. Já a alíquota da CSLL (hoje são de três tipos: 9%, 15% e 20%) caía 1 ponto porcentual. Mas essa queda estava condicionada à revogação de benefícios fiscais do PIS/Pasep e da Cofins destinados a setores específicos.

O governo tenta articular sua "minirreforma" tributária buscando um acordo para a aprovação de um novo Refis (parcelamento de débitos tributários) para médias e grandes empresas e pessoas físicas (incluindo dívidas do eSocial). O Refis seria reformulado em relação ao relatório apresentado na Câmara com base no texto que foi aprovado pelo Senado.

Segundo fontes envolvidas nas costuras políticas,

seria preciso fazer uma grande composição entre o ministro da Economia, Paulo Guedes, e os presidentes da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSDMG), para a proposta avançar.

Guedes quer um Refis que envolva a transação tributária, mecanismo de renegociações de dívidas que leva em conta a situação de cada empresa.

IMPOSTO DE RENDA. Na área econômica, não há previsão de mudanças no Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), como o aumento da faixa de isenção e do restante da tabela ainda este ano, previsto no projeto aprovado na Câmara.

Uma análise jurídica do Ministério da Economia entende que há restrições impostas pela legislação eleitoral porque a medida poderia ser interpretada como um benefício específico de "gratuidade" para aqueles contribuintes que ficariam isentos.

O Congresso, porém, quer fazer a correção da tabela ainda neste ano. A alteração, prometida na campanha eleitoral, está sendo esperada e pode acontecer depois do anúncio oficial do reajuste dos salários dos servidores.

Uma correção da faixa de isenção dos atuais R\$ 1,9 mil para R\$ 2,9 mil deve custar cerca de R\$ 20 bilhões em perda de receitas. Se o presidente Jair Bolsonaro quisesse cumprir a promessa de corrigir a faixa para R\$ 5 mil, como sinalizou em 2018, o custo seria de R\$ 65 bilhões.

A interlocutores, Guedes tem dito que a aprovação de uma reforma neste ano, mesmo que enxuta, seria uma importante sinalização para 2023, principalmente para o Brasil ser aceito na OCDE. O ministro tem reforçado que, para ter o Refis, será preciso fazer as mudanças do IR.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Guedes defende versão mais enxuta de reforma tributária

FERNANDA TRISOTTO

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

País tem crises na política e economia - MÍRIAM LEITÃO

MÍRIAM LEITÃO

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Governo vai reduzir imposto de importados

Cristiano Romero De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187212

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187212

Imposto de Renda 2022: última correção da tabela foi em 2015; relembre

Por g1

A última correção da tabela do Imposto de Renda foi realizada em 2015, no início do segundo mandato da ex-presidente Dilma Rousseff (PT). Desde então, não houve qualquer alteração.

Até o ano passado, a tabela acumulava uma defasagem de 134,53% desde 1996, de acordo com cálculos do Sindicato dos Auditores-Fiscais da **Receita Federal do Brasil** (Sindifisco Nacional) .

Em 2015, na última mudança, o reajuste foi escalado para as diferentes faixas de renda. Relembre como era a tabela de Imposto de Renda.

Saiba tudo sobre a declaração de Imposto de RendaO que você precisa saber para fazer declaraçãoImposto de Renda faz 100 anos em 2022 à espera da aprovação de reforma pelo Congresso

Uma nova correção da tabela do Imposto de Renda foi promessa de campanha do presidente Jair Bolsonaro em 2018. Em junho do ano passado, o governo enviou uma proposta de correção da tabela para o Congresso como parte da **reforma tributária**. A proposta chegou a ser aprovada pela Câmara dos Deputados, mas não avançou no Senado.

O projeto do governo previa uma atualização da tabela do Imposto de Renda de pessoas físicas, isentando de IR todos os trabalhadores celetistas que recebem até R\$ 2,5 mil mensais - o que corresponderia a uma correção de 31% em relação ao limite atual (R\$ 1,9 mil).

A não correção da tabela implica num aumento da carga tributária , diz Carlos Eduardo Orsolon sócio da área tributária do Demarest Advogados.

Segundo o blog da Ana Flor, de olho na disputa eleitoral, o governo ainda não desistiu de fazer uma correção da tabela.

De acordo com fonte do Executivo, uma eventual correção da tabela neste ano seria menor do que a proposta enviada inicialmente e teria por base o excesso de arrecadação que vem sendo registrado.

Site: <https://g1.globo.com/economia/imposto-de->

*renda/noticia/2022/05/10/imposto-de-renda-2022-ultima-
correcao-da-tabela-foi-em-2015-relembre.ghtml*

Texto defendido por Guedes é mais simples do que os demais da reforma tributária

Multimídia:

**[http://midia.smi.srv.br/audio/2022/05/10/RDIONACIONAL
DEBRASLIAFM961DF-07.32.53-07.34.35-1652182640.mp3](http://midia.smi.srv.br/audio/2022/05/10/RDIONACIONAL
DEBRASLIAFM961DF-07.32.53-07.34.35-1652182640.mp3)**

Sob Bolsonaro, salário mínimo encolhe

TAINÁ ANDRADE

"No final do mês, não tem quase nada. Está muito difícil para sobreviver hoje", afirma Rosângela Camilo, 44 anos, moradora de Brazlândia e funcionária de serviços gerais que desembarca todos os dias, ainda de madrugada, na Rodoviária do Plano Piloto para trabalhar.

A queixa de Rosângela retrata o achatamento do salário mínimo no governo Bolsonaro. Estudo divulgado pela corretora Tullet Prebon Brasil indica que o salário mínimo retrocedeu de R\$ 1.213,84 em 2018 para R\$ 1.193,37 em 2022, levando-se em consideração o Índice Nacional de Preços do Consumidor Amplo (IPCA) de 6,45% para este ano. Caso a projeção inflacionária aumente, a perda do salário mínimo será maior.

Com esses números, o governo Bolsonaro será o primeiro a ter a maior taxa de desvalorização do salário mínimo brasileiro desde a criação do Plano Real, em 1994. "A queda resulta do ajuste fiscal, que limitou a correção nominal à inflação passada, mais a aceleração na inflação. Da ótica das contas fiscais da União, a perda retratada em nossa simulação para o mínimo estende-se, em realidade, a todos os benefícios e pagamentos corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) - toda a folha da previdência, abono, Loas (Benefício de Prestação Continuada para idosos e pessoas com deficiência de baixa renda)", afirma o relatório.

"O poder de compra da população diminuiu, ou seja, com o mesmo valor em dinheiro, o brasileiro consegue comprar menos produtos. Isso afeta diretamente a população com renda mais baixa, já que a inflação age sobre os bens e serviços. Por isso, chamamos a inflação de imposto dos pobres", ressaltou Fábio Louzada, economista especializado em gestão financeira e fundador da escola Eu me banco.

Rosângela tem sentido na pele. "Hoje em dia a gente trabalha praticamente para comer, pagar água, luz e gás. Comer mal, porque tudo está muito alto", lamentou a funcionária de serviços gerais.

Para Débora Messemberg, professora de sociologia na Universidade de Brasília (UnB), a crise econômica agrava a deficiência alimentar e o retorno de brasileiros para a linha da pobreza. "Há um discurso no Brasil de caridade e pouco de uma discussão filantrópica, no sentido de dar condições materiais

para que as pessoas possam de fato ter o melhor salário ou associativismo para conquistar direitos ou salários mais dignos. Isso é pouco discutido na sociedade brasileira, principalmente entre os mais pobres, que têm menos potencialidades de se organizarem. Então, hoje em dia ter um emprego já é uma sorte", explicou.

Diferentemente de Rosângela, Alessandro Furtado, 47 anos, não viu o poder aquisitivo diminuir para se alimentar. "Geralmente é a feira pra dentro de casa, só que como eu vivo sozinho, no meu caso, o que aperta bastante são as contas de água, luz e aluguel. Mesmo que não tenha contrato, os donos de barraco estão aproveitando o fato para seguir no embalo para aumentar também", relatou. O homem, que trabalha como carpinteiro, mora em Lago Azul (GO).

Apesar disso, ele isenta a responsabilidade do governo Bolsonaro. "As coisas vem aumentando, mas não por conta dele (Bolsonaro)", justificou.

Petrobras autoriza diesel 8,8% mais caro



Fernanda Strickland Isabel Dourado*

A Petrobras anunciou um reajuste de 8,8% para o diesel a partir hoje. O litro do combustível, antes vendido a R\$ 4,51, passará a custar R\$ 4,91, representando um aumento de 40 centavos para as distribuidoras. Segundo a estatal, o preço do derivado não era corrigido há 60 dias. Com a notícia, os caminhoneiros afirmaram que terão de diminuir a jornada de trabalho, ou até mesmo parar a frota.

Os valores da gasolina e do gás liquefeito de petróleo (GLP) foram mantidos. "Desde aquela data, a Petrobras manteve os seus preços de diesel e gasolina inalterados e reduziu os preços de GLP, observando a dinâmica de mercado de cada produto", afirmou a estatal em nota.

A Petrobras informou ainda que a nova alta do diesel decorre de uma redução global de oferta em relação à demanda e de estoques abaixo das mínimas sazonais dos últimos cinco anos nas principais regiões fornecedoras. Esse desequilíbrio, de acordo com a nota, resultou na elevação dos preços do diesel no mundo inteiro, "com a valorização desse combustível muito acima da valorização do petróleo". "A diferença entre o preço do diesel e o preço do petróleo nunca esteve tão alta", informou a estatal.

Caminhoneiros

Os caminhoneiros afirmam que não estão

conseguindo manter a frota com o preço do diesel. Wallace Landim, conhecido como Chorão, comanda a Associação Brasileira dos Condutores de Veículos Automotores (Abrava). Em vídeo, ele declarou que o aumento de 40 centavos vai impactar diretamente no bolso do trabalhador. "Não podemos ficar quietos, eu conheço e sei o quanto vai impactar na mesa do trabalhador no final", explicou.

"Na última fala do presidente (Bolsonaro), ele começou a entender que precisa realmente mexer no preço da paridade da importação. Uma estatal que teve um aumento de lucro de 3.400% no trimestre", reclamou.

O economista André Braz, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), alerta para os impactos econômicos do reajuste. "O diesel já subiu 49% em 12 meses. Então qualquer reajuste que a gente tenha daqui para frente pesa mais na estrutura produtiva", explicou. "A gente sabe que a prestação de serviços, o frete, em especial e o movimento das máquinas agrícolas, tudo isso tende a ficar mais caro, subir de preço e isso acaba espalhando as pressões inflacionárias", disse.

Para Braz, o aumento de 8,8% na refinaria chega na bomba pela metade em torno de 4,5%. "Temos mais uma pressão inflacionária que, apesar de pequena frente ao último reajuste, só engrossa a necessidade de a gente ver correção de preços em serviços, principalmente no transporte público." O economista observou, ainda, que o impacto do diesel no IPCA é pequeno. "O diesel pesa pouco na **inflação** ao consumidor, mas pesa muito no frete, então o efeito indireto do diesel na **inflação** é o mais perverso." Em nota à imprensa, a Abrava manifestou indignação com os novos valores do combustível. "O governo e a Petrobras mudaram a estratégia, não estão aumentando tudo de uma vez. Uma semana aumenta o gás, na outra a gasolina, e agora o diesel. Lembramos que essa luta pelo fim do PPI (preço de paridade de importação) não é só dos caminhoneiros, mas sim de toda a população brasileira, principalmente os mais vulneráveis e a classe média." Com o reajuste no diesel, aumenta a expectativa em relação à gasolina. Na semana passada, o preço do derivado subiu pela quarta semana seguida e chegou a custar, em alguns postos, R\$ 7,59. A Petrobras informou ao Correio que os aumentos não partem da estatal, e sim das distribuidoras de combustíveis. "O último aumento da gasolina que a Petrobras fez foi em 11 de março (58 dias), e agora ela já reajustou o diesel. Não tem por que ter qualquer aumento por conta da estatal", informou a empresa.

O problema não é só no preço. O Presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis e Lubrificantes do Distrito Federal (Sindicombustíveis/DF), Paulo Tavares, alerta para o risco de desabastecimento. "Está faltando gasolina em todo território nacional", afirmou. "Hoje eu pedi para entregar 70 mil litros nos meus postos, mas recebi apenas 40 mil litros."

R\$ 18 bi de lucro em 3 meses

Os maiores bancos privados que operam no Brasil, Bradesco, Itaú e Santander, registraram um lucro de R\$ 18,2 bilhões no primeiro trimestre de 2022, de acordo com balanços financeiros divulgados, ontem, pelos três. Entre os fatores que levam ao resultado recorde estão a política de juros altos e a inflação registrada no período, também marcado pelo forte endividamento da população.

Juntos, Bradesco, Itaú Unibanco e Santander cresceram 7,8% em comparação com o mesmo período do ano passado. Em 2021, somados, os bancos lucraram R\$ 16,9 bilhões, enquanto registraram R\$ 11,4 bilhões em 2020.

O Itaú Unibanco lidera a expansão e foi a instituição que mais cresceu no período: lucro de R\$ 7,36 bilhões no período. Já o Bradesco faturou R\$ 6,82 bilhões, enquanto o Santander obteve R\$ 4 bilhões.

No caso do Itaú, o resultado foi pouco mais de 15% na comparação com o primeiro trimestre do ano passado - também registrou o maior ganho de janeiro a março. Já o avanço do Bradesco foi bem mais modesto em relação a 2021: 4,70%. O Santander obteve variação positiva de 1,26% se confrontado com o lucro obtido no ano passado.

Outra instituição que anunciou, ontem, ter dado um salto foi o BTG Pactual - um avanço de 72% em relação ao mesmo período de 2021. A receita total no trimestre atingiu R\$ 4,35 bilhões, alta de 56% de um ano para outro. O lucro é o maior desde a estreia do BTG na Bolsa, em 2012.

Fatores

Especialistas atribuem o resultado positivo das três maiores instituições financeiras do país ao crescimento da margem ao maior volume de crédito e ao mix de produtos oferecidos, pois, com a pandemia de covid-19 e os efeitos que ainda permanecem, o consumidor vem utilizando mais o cheque especial, o crediário e o cartão de crédito - operações mais rentáveis para o banco - como forma de tentar chegar ao fim do mês e compensar a perda de rendimento.

"O Brasil é reconhecido por ter um centro financeiro ágil e eficiente, mesmo em períodos de baixo ciclo econômico. Houve maior oferta e consequente aumento do uso do crédito nesse período", avalia o economista Eduardo Velho, da JF Trust Gestora de Recursos.

O endividamento das famílias atingiu nível recorde em abril de 2022, de acordo com a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor, feita pela Confederação Nacional do Comércio (CNC). O levantamento mostra que 77,7% delas estavam endividadas em abril de 2022 em quase todas as modalidades de crédito - cheque pré-datado, cartão, cheque especial, carnê, consignado, empréstimo pessoal - e na prestação do carro e da casa. Há um ano, o total de endividados era de 67,5%.

Pix: novo recorde de transações

O Pix - pagamento eletrônico instantâneo - bateu novo recorde na última sexta-feira. Em um único dia, foram feitas 73.198.432 transações pelo sistema de pagamentos instantâneos do Banco Central (BC). O recorde anterior de 63.504.253 de transferências de recursos em tempo real havia sido alcançado em 7 de abril deste ano. "Dada a facilidade e custo do produto, quase zero em alguns casos, acaba sendo uma tendência nesse mercado", observou Fabiano Ferreira, analista de mercado financeiro do escritório Baptista Luz.

Os alertas que vêm de fora (Editorial)

Correio Braziliense

O mundo está dando um recado claro ao Brasil: ou toma juízo na política e na economia ou pagará uma fatura pesadíssima. Os tempos de tranquilidade acabaram. Além da guerra entre a Ucrânia e a Rússia e do aumento das taxas de juros nos Estados Unidos, a covid ameaça parar a China, o que, se confirmado, colocará o mundo de joelhos.

A China, por todas as escolhas erradas de muitos países, incluindo o Brasil, que deixaram correr solto um processo de desindustrialização, é hoje o grande fornecedor de insumos industriais do planeta. Isso já havia se explicitado durante o primeiro ano da pandemia do novo coronavírus.

Como, porém, a China conseguiu conter logo a disseminação da covid, o suprimento global continuou funcionando, ainda que com restrições. Por isso, foi possível retomar a economia tão logo os países iniciaram a abertura e a retomada das atividades. A produção de insumos industriais diminuiu, mas não a ponto de criar grandes entraves. Trouxe, contudo, a **inflação**, que assola todo o planeta.

Agora, o risco é real de a economia mundial entrar em parafuso. Com os grandes centros produtivos chineses fechados ou semiparalisados, já está faltando componentes industriais em várias partes do globo. Isso é mais visível na indústria automobilística. Uma fábrica da Volkswagen em São Bernardo do Campo suspendeu a fabricação de veículos.

Portanto, além de torcer para que a onda de covid que perturba a China seja passageira, o Brasil precisa fazer o dever de casa na economia e parar de criar tanta turbulência na política. Somadas as incertezas externas com a falta de confiança interna, por causa de um governo que insiste em fragilizar as instituições democráticas e estimular a radicalização, uma bomba explodirá logo mais à frente.

O dólar, que chegou a ser negociado a R\$ 4,60 pouco mais de um mês atrás, voltou a encostar nos R\$ 5,20, e está havendo uma destruição enorme de riqueza na Bolsa de Valores. O Ibovespa, principal índice de lucratividade do pregão paulista, aponta para menos de 100 mil pontos, depois de ter ultrapassado os 120 mil. Os investidores estrangeiros, que vinham irrigando o mercado acionário, começam a fazer o caminho de volta. Dólares estão saindo às pencas do país.

Para desgosto de todos, nesse contexto altamente desfavorável, a **inflação** continuará alta. E o sinal mais evidente disso foi o aumento de quase 9% (R\$ 0,40) no preço do litro do diesel, anunciado ontem pela Petrobras. Tudo indica que o próximo passo será reajustar a gasolina. Não à toa, a perspectiva é de que a **inflação** passará de 10% pelo segundo ano seguido. E haja aumento de juros para conter esse movimento.

Diante desse quadro desafiador, em vez de estimular a confusão, o governo deveria baixar as armas e assentar a paz. De que adianta atacar as urnas eletrônicas e o Supremo Tribunal Federal (STF) quando a atividade produtiva está indo para o buraco? A economia não aceita desaforos. E ela, quando vai mal, como é o caso no Brasil hoje, costuma ser implacável com os governantes. As eleições, ressalte-se, estão logo ali.

Por que o modelo ultraliberal não funciona? (Artigo)

PETRONIO PORTELLA FILHO - Doutor em economia pela Unicamp e consultor concursado do Senado

A guinada neoliberal começou com a Dilma, em 2015, depois deu lugar ao ultraliberalismo.

A magia do mercado não funcionou.

Entre 2015 e 2021, o **PIB** do Brasil diminuiu em média 0,3% ao ano.

Neste artigo vou analisar por que a idolatria ao mercado provoca estagnação em vez de crescimento exuberante.

O ambiente criado por Guedes é teoricamente favorável aos negócios.

As empresas pagam salários miseráveis.

Sonegadores têm as dívidas perdoadas.

Acabaram com a tolice de defender direitos trabalhistas, índios e o meio ambiente. Empresários compram estatais a preço de banana e duplicam os preços. Agricultores usam como pesticidas venenos que não deveriam ser permitidos nem na guerra.

Para coroar a lei do mais forte, Guedes distribui bondades para o andar de cima e maldades para o andar de baixo.

O governo federal renunciou a R\$ 371 bilhões em **tributos** na Lei Orçamentária de 2022. Haja estímulo. Como explicar que nem assim os investidores estejam investindo?

Todo calouro de economia deveria saber a resposta. O **PIB** tem o lado da produção (oferta) e o lado do consumo (demanda). O ultraliberalismo estimula a produção, mas retrai o consumo. Como os dois precisam ser iguais, a oferta se contrai por falta de demanda.

O **PIB** brasileiro foi incorporado às estatísticas nacionais nos anos 40. O Brasil cresceu 7,3% ao ano entre 1940 e 1980 liderado pelo investimento público. Então surgiram doutrinadores da magia do mercado e da ineficiência do Estado. O neoliberalismo passou a ser aplicado com rigor crescente. Após o

impeachment, **Temer** botou na Constituição um "teto de gastos" cujo real objetivo é encolher o Estado. Hoje somos um país estagnado.

O ultraliberalismo é baseado numa ideia digna de Einstein. Proíba o maior investidor - o Estado - de investir e o obrigue a cortar gastos na carne - que a economia vai decolar.

Façamos uma suposição. Vamos imaginar que multinacionais vieram ao Brasil e criaram empresas campeãs internacionais de eficiência, como Embraer, Petrobras, Vale, Embrapa, siderúrgicas, Correios, BB e BNDES. Fundaram universidades responsáveis por 95% da pesquisa nacional.

Transformaram o Brasil num tigre econômico durante 40 anos. Faria sentido considerar tais empresas ineficientes e proibi-las de investir?

E o que dizer da Reforma Trabalhista?

Ela barateou a mão de obra. Por que a reforma não criou os milhões de empregos prometidos pelos doutrinadores?

Por que ela não estimulou as empresas privadas a investirem?

É a demanda, estúpido! Empresário só investe no aumento da produção quando sabe que pode vender. O consumo das famílias representa 75% do **PIB**. Se você reduz os empregos e empobrece os trabalhadores, a demanda interna se contrai.

Não há como o ultraliberalismo funcionar no Brasil. Ele é coisa de fanáticos.

Quando estudava na UnB, o diretório era disputado por leninistas, maoístas e trotskistas. Hoje os incendiários estão na direita. Se as "reformas" não estão funcionando, a solução é aprofundá-las.

Se o remédio não funciona, aumente a dose até matar o paciente. Todo sacrifício é benéfico - desde que se encolha o Estado.

O ultraliberalismo transformou pessoas decentes em insensíveis, democratas em fascistas, economistas em sabotadores da economia. Ultraliberais defendem

dogmaticamente a privatização da saúde e da educação públicas - ou seja, querem obrigar miseráveis a pagar do próprio bolso o médico e a escola dos filhos.

O **PIB** precisa crescer 3% ao ano para criar emprego para os jovens que entram todo ano no mercado de trabalho.

Estamos recuando 0,3% ao ano desde a guinada ultraliberal - e aumentando o desemprego e a exclusão social.

O ultraliberalismo não é compatível com a democracia. Pinochet só conseguiu implantar a agenda de Chicago porque governou 16 anos sem eleições.

E, mesmo assim, devolveu o Chile com o dobro do percentual de pobres e 79% da renda per capita do Brasil.

Os ultraliberais de Guedes sabem que defendem um projeto elitista. Por isso, querem fechar o Supremo Tribunal Federal. Odeiam a instituição não por seus defeitos, mas por suas virtudes.

Sabem que o STF impede que Bolsonaro transforme o Brasil no país de seus sonhos: uma ditadura sangrenta.

Enquanto isso... ..salário mínimo deve sofrer perda recorde

O salário mínimo sofrerá perda real de valor de 1,7%. Isso ocorrerá se a **inflação** se mantiver de acordo com a previsão do boletim Focus, a 7,65% em 2022, e a Selic a 13,25%, como publicado pelo Banco Central (BC). A avaliação é da corretora Tullet Prebon Brasil para o seu primeiro relatório de maio. A conclusão do estudo rende ao presidente Jair Bolsonaro (PL) o título de primeiro presidente da República, desde o Plano Real, a concluir o mandato com o menor poder de compra que um salário mínimo poderá alcançar. De dezembro de 2018 a dezembro de 2022, a previsão é o mínimo passar de R\$ 1.213,84 para R\$ 1.193,37, a maior desvalorização em 28 anos, desde o Plano Real, em 1994. "Da ótica das contas fiscais da União, a perda retratada em nossa simulação para o mínimo estende-se, em realidade, a todos os benefícios e pagamentos corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)-toda a folha da Previdência, abono, Loas (Benefício de Prestação Continuada para idosos e pessoas com deficiência de baixa renda)", detalha o relatório. A menor desvalorização do mínimo (0,42%) ocorreu no segundo mandato da ex-presidente Dilma Rousseff (PT). No primeiro ano de mandato, o valor era de R\$ 1.168,05, descontada a **inflação**; até o impeachment, em agosto de 2016, diminuiu para R\$ 1.173,05.

Imposto de importação de 11 produtos será zerado

O governo planeja um corte de 10% na tarifa geral de importação praticada pelo Brasil. Além disso, prepara uma medida para zerar o imposto de importação de 11 produtos -incluindo o aço e bens que integram a cesta básica. A lista completa não foi divulgada.

O corte de 10% na TEC (Tarifa Externa Comum) se somaria a outro anunciado há cerca de seis meses, quando o governo reduziu as tarifas de importação também em 10%.

Na época, a medida foi justificada pelo Ministério da Economia como uma forma de facilitar a entrada de bens estrangeiros e moderar a **inflação**.

Para o novo movimento, o Ministério de Relações Exteriores tem conversado com membros do Mercosul para reunir consenso na decisão -mas, de acordo com integrantes do Poder Executivo, haverá a redução mesmo sem concordância dos demais países.

A redução das tarifas de importação é uma das bandeiras do ministro Paulo Guedes (Economia). A promessa estava no programa eleitoral de Jair Bolsonaro em 2018.

Nas últimas semanas, a equipe econômica chegou ao diagnóstico de que há um movimento internacional que vai na direção contrária a determinados pressupostos da globalização e do livre mercado. Com a Guerra da Ucrânia, a tendência de diferentes países é tornar as cadeias de produção mais próximas de modo a não depender da produção externa.

Mesmo com o novo contexto internacional, no entanto, a ideia da redução das tarifas de importação continua. Uma das justificativas para prosseguir é que o governo já reduziu o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), cujo corte foi de 35% -o que daria margem para baixar também as taxas de produtos estrangeiros.

No caso da medida que zera o imposto de importação, o objetivo é semelhante a outra iniciativa de março, tomada para tentar conter os efeitos da **inflação**. Naquele mês, foi zerado o imposto de importação do etanol e de seis produtos da cesta básica, a um custo aproximado de R\$ 1 bilhão por ano.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49907&anchor=6455674&pd=877ed1224164a03f87f7cac9302a6e6c>

Sob impulso da carteira de crédito, lucro do Itaú sobe 15% e alcança R\$ 7,4 bi no 1º trimestre

Lucas Bombana

O Itaú registrou lucro de R\$ 7,361 bilhões no primeiro trimestre, o que equivale a um crescimento de 15% na comparação como mesmo período do ano passado e de 2,8% em relação ao trimestre imediatamente anterior, de acordo com balanço divulgado nesta segunda-feira (9).

O resultado se deve em grande medida à expansão de 13,9% da carteira de crédito em bases anuais, para R\$ 1,032 trilhão. Em relação ao último trimestre do ano passado, houve aumento de 0,5%.

Segundo o banco, a carteira de pessoas físicas atingiu um volume de R\$347,4 bilhões, alta de 32,9% em bases anuais e de 4,4% ante o quarto trimestre do ano passado. Esse desempenho está relacionado aos volumes de linhas associadas a crédito garantido, como imobiliário (44,5%), e também de outras linhas, como cartão de crédito (41,4%), na comparação como mesmo período de 2021.

Já o índice de inadimplência acima de 90 dias foi de 2,6% ao final do primeiro trimestre do ano, ante 2,3% no comparativo anual e 2,5% em dezembro.

Entre as pessoas físicas, a taxa de atrasos acima de 90 dias alcançou 4,1% em março, ante 3,9% em março de 2021 e 3,8% no fim do ano passado.

Presidente do banco, Milton Maluhy Filho afirmou que, em um cenário de alta dos juros e da **inflação**, a tendência é que os índices de inadimplência sigam com altas moderadas durante os próximos trimestres - percepção semelhante foi transmitida na semana passada pelo presidente do Bradesco, Octavio de Lazari Junior.

O presidente do banco disse que a expectativa interna é que os índices de inadimplência retomem gradualmente os níveis observados no pré-pandemia. Em março de 2020, a taxa de atrasos acima de 90 dias do banco era de 3,1%, e de 5,1% entre as pessoas físicas.

As provisões do Itaú ara créditos de liquidação

duvidosa atingiram R\$ 6,385 bilhões no primeiro trimestre do ano, alta de 70,3% ano contra ano e de 6,3% na margem.

O ROE (Retorno Recorrente Gerencial sobre o Patrimônio Líquido Médio anualizado), indicador que mede a rentabilidade da operação, alcançou 20,4% em março, ante 18,5% em igual período de 2021 e 20,2% no trimestre anterior.

"A transformação digital e cultural do Itaú Unibanco segue em ritmo acelerado, sem que deixemos de entregar resultados consistentes. Além de todos os esforços internos para apoiar a jornada de evolução do nosso negócio, intensificamos os investimentos em aquisições e parcerias", disse Milton Maluhy Filho, presidente do Itaú Unibanco, em nota.

A compra da fatia de 11,36% da XP realizada pelo Itaú Uni-banco no final de abril terá um efeito de dedução de capital do banco da ordem de 0,8%, segundo estimativa passada pela instituição financeira.

Maluhy Filho lembrou que qualquer aquisição de participação superior a 10% de instituições financeiras ou assemelhadas deve ser deduzida da base de capital do banco por questões regulatórias.

Segundo os analistas da Ativa, o resultado veio "majoritariamente em linha com nossas estimativas", com destaques positivos para o crescimento da receita com serviço e com seguros.

"Por outro lado, houve expansão do custo de crédito e da inadimplência."

Sítio:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49907&anchor=6455674&pd=877ed1224164a03f87f7cac9302a6e6c>

Inflação acelerada, crescimento travado (Editorial)

Desastrosa para as famílias, forçadas a gastar cada vez mais para sobreviver, a **inflação** elevada é também um desafio para a atividade empresarial e um freio ao crescimento econômico. A acelerada alta de preços torna difícil planejar os negócios, ampliar e modernizar a produção, manter o volume de vendas e atender às demandas salariais dos empregados.

Além de comprometer o bem-estar dos consumidores, principalmente dos mais pobres, a insegurança inflacionária corrói o potencial produtivo, entrava a prosperidade e reduz o emprego - problemas apontados em reportagem do Estadão nesta segunda-feira e raramente lembrados em Brasília, capital da ganância, do orçamento secreto e dos desmandos eleitorais.

"Tem sido complicado acertar as previsões", disse a respeito dos custos um executivo citado na reportagem. "Todas as matérias-primas subiram muito nos últimos meses. (...) Com a redução de margens e o resultado abaixo do esperado, vimos que o investimento que gostaríamos de fazer vai ter de esperar", comentou outro dirigente. Alguns dos maiores desafios estão retratados, numericamente, no Índice Geral de Preços (IGP) elaborado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Os preços por atacado subiram 7,69% nos primeiros quatro meses deste ano e 14,52% nos 12 meses até abril. Nesse período, os produtos de origem agropecuária encareceram 14,94%. Os de origem industrial, 14,35%.

No setor imobiliário, antecipar as compras de materiais tem sido uma forma de contornar os aumentos de preços, segundo empresário mencionado pelo jornal. Também nessa área o impulso inflacionário tem sido forte. Nos 12 meses terminados em abril, materiais de construção, equipamentos e serviços encareceram 14,94%, de acordo com a FGV. O custo da mão de obra, nesse período, subiu 8,02%.

Parte da **inflação** é importada. Preços de matérias-primas e de bens intermediários têm subido, no mercado internacional, desde 2020, período da grande onda de pandemia de covid-19.

O enfrentamento do coronavírus produziu, como efeito secundário, um amplo desarranjo nas cadeias produtivas e nos sistemas de transportes dessas mercadorias.

O quadro poderia ter melhorado neste ano, mas o suprimento de produtos importantes foi desarranjado, de novo, depois da invasão da Ucrânia ordenada pelo presidente russo, Vladimir Putin.

No Brasil, fatores internos complicaram os desajustes de custos e de preços finais. Já havia pressões inflacionárias de origem doméstica e, além disso, a instabilidade cambial ampliou os efeitos das cotações em alta no mercado internacional. O dólar chegou a recuar durante algum tempo, neste ano, mas com repiques de alta em vários momentos.

A insegurança cambial tem sido alimentada em parte por fatores externos, como a guerra na Ucrânia e a alta de juros nos Estados Unidos. Mas incertezas internas também afetam, e muito fortemente, as decisões de investidores capazes de movimentar, com rapidez, bilhões de dólares.

As incertezas internas estão associadas principalmente a decisões tomadas em Brasília. Exportações do agronegócio e da mineração continuam garantindo robustos superávits comerciais. O volume de reservas cambiais pouco tem oscilado, de um mês para outro, e as contas externas permanecem seguras.

Mas a ação dos investidores no dia a dia afeta o câmbio e, de forma indireta, os preços internos, elevando o custo de vida dos brasileiros e inflando os custos de produção.

Os sustos dos investidores são atribuíveis principalmente a palavras e ações do presidente Jair Bolsonaro, mais dedicado a seus objetivos eleitorais do que aos interesses e às necessidades do País. São explicáveis também por desmandos praticados no Congresso, quase sempre em colaboração com o gabinete presidencial. Sem ser intencional, a mensagem resultante dessa colaboração é com frequência um desestímulo à manutenção de dólares no Brasil.

Enquanto a insegurança permanece, a **inflação** se prolonga, o investimento produtivo fica emperrado e a economia derrapa, sem acompanhar os avanços externos e sem gerar empregos e bem-estar.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Petrobras reajusta diesel e governo avalia ampliar subsídio a combustível

ADRIANA FERNANDES

Depois de quase dois meses sem mexer no preço do diesel, a Petrobras anunciou ontem um reajuste de 8,87% para o produto nas refinarias, índice que deve ser repassado integralmente aos consumidores. Com o primeiro aumento da gestão de José Mauro Coelho, que assumiu a estatal no dia 14, o combustível acumula alta de 52,53% em 12 meses ante uma **inflação** geral de 12,03%, conforme o IPCA-15.

Em reação, o núcleo político do governo e aliados no Congresso renovaram a pressão para a concessão de um subsídio ao combustível antes da eleição. A medida se somaria à discussão entre os ministérios de uma proposta para mitigar também o impacto dos reajustes de energia autorizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Já tramitam no Congresso, em caráter de urgência, projetos para suspender novas altas de preços.

Governistas querem evitar o desgaste em ano de eleição, num momento em que adversários do presidente Jair Bolsonaro focam as críticas na alta de preços. Especialistas afirmam que o novo reajuste do diesel, que recai principalmente sobre os transportes, pressionará mais a **inflação** (mais informações nesta página).

Segundo apurou o Estadão/ Broadcast, após o anúncio do lucro recorde da estatal no primeiro trimestre, a área política defende o subsídio com o argumento de que as receitas do governo com o pagamento de dividendos pela empresa vão aumentar.

A Petrobras já transferiu ao governo desde 2019 quase R\$ 447 bilhões em **impostos**, royalties e participações.

Para conceder o subsídio, no entanto, o governo e o Congresso teriam de correr contra o tempo e fazer mudanças no teto de gastos, contrariando o Ministério da Economia. Outra opção seria cortar despesas para abrir espaço na regra que atrela o crescimento dos gastos à **inflação**, mas não há espaço.

Um integrante da equipe econômica afirmou que o governo reduziu no ano passado a tributação do diesel, e a medida não teria sido repassada aos preços, assim como a mudança na cobrança do ICMS

(imposto estadual) sobre os combustíveis. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), se reunirá com o ministro da Economia, Paulo Guedes, para tratar sobre o tema.

Na quinta-feira, ele recebe os secretários estaduais de Fazenda.

Na equipe econômica, a queixa é de que os Estados, mesmo depois de aprovado projeto que alterou a cobrança do ICMS, teriam congelado os preços no pico.

Em nota, a Petrobras afirmou que o último reajuste, feito em 11 de março, "refletia apenas parte da elevação observada nos preços de mercado" e que, no momento, há uma redução mundial na oferta de combustível - o que pressiona os preços globalmente.

Os holofotes se voltam agora para o preço da gasolina. Em relatório, a corretora Ativa Investimentos afirma que o reajuste do insumo deve acontecer em breve. "Acreditamos ainda haver um potencial para a companhia reajustar a gasolina, o que pode ter sido evitado num primeiro momento, mas deve acontecer durante os próximos dias/semanas." ENERGIA. Do lado da tarifa de energia, a proposta em discussão é permitir uma antecipação de recursos para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), fundo setorial que bancasubsídios concedidos nas políticas setoriais. O aporte reduziria a necessidade de os consumidores arcarem com esses custos agora na conta de luz, sem passar pelo Orçamento.

Um integrante da equipe econômica informou que o governo pode optar em permitir o adiamento do recebimento da outorga no processo de privatização da Eletrobras em troca da antecipação dos recursos para a CDE. O modelo de venda da estatal prevê o pagamento de uma outorga ao Tesouro pela Eletrobras à vista e de repasses à CDE em 25 anos, sendo a primeira parcela deles de R\$ 5 bilhões neste ano. O que se estuda é trocar um pelo outro. Ou seja, pagar tudo neste ano à CDE, o que garantiria um alívio maior na conta e, em contrapartida, parcelar o valor da outorga.

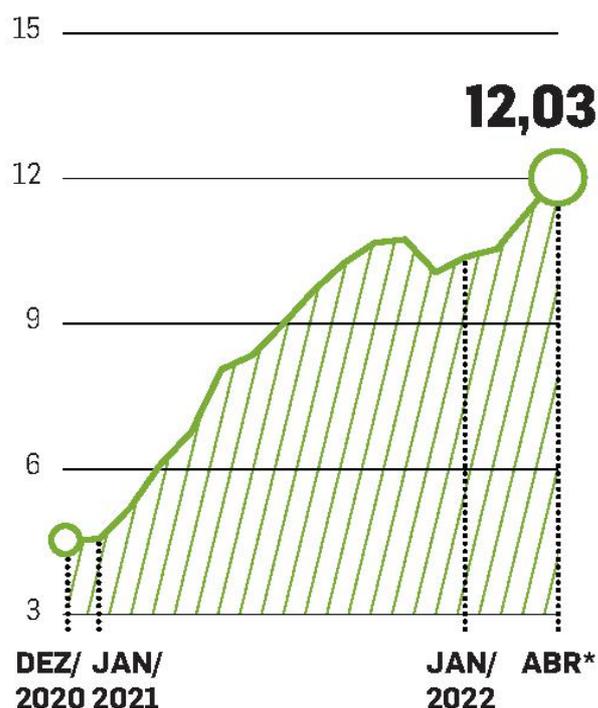
Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

A DISPARADA DO DIESEL

O óleo diesel acumula alta de 52% em 12 meses, bem acima da inflação oficial do País

Inflação geral acumulada em 12 meses

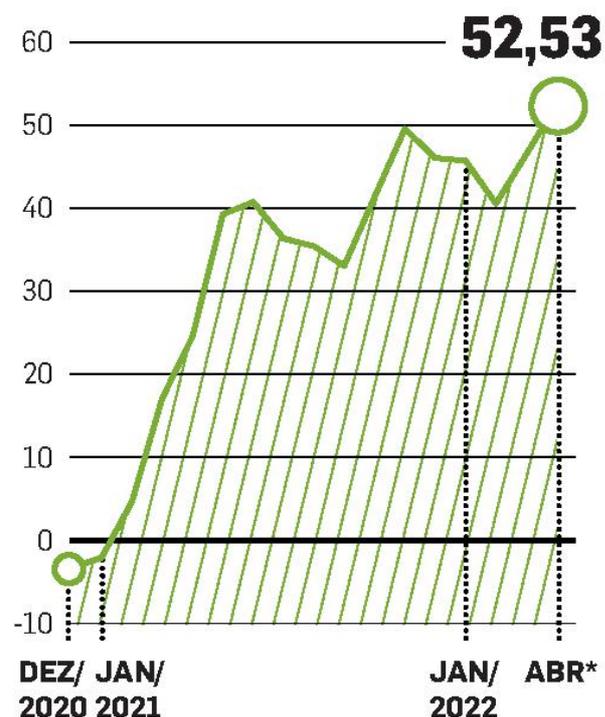
EM PORCENTAGEM



*DADO DO IPCA-15

Variação dos preços do óleo diesel acumulada em 12 meses

EM PORCENTAGEM



FONTE: IBGE / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Aumento deve pressionar inflação de outros setores, avaliam especialistas

MÁRCIA DE CHIARA

O aumento de 8,87% no preço do diesel nas refinarias, anunciado pela Petrobras, terá impacto direto reduzido no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), mas alimenta e espalha pressões inflacionárias.

Nas contas da LCA Consultores, o reajuste deve elevar em 0,02 ponto percentual o IPCA.

Isto é, a **inflação** de 8,04% projetada para este ano pela consultoria ficaria em 8,06%.

No entanto, um reajuste de quase 9% num combustível que é a base do transporte de carga da economia brasileira levaria a outros aumentos.

"Esse reajuste acaba espalhando as pressões inflacionárias para outros setores, e o efeito indireto é o mais perverso", afirma o economista André Braz, coordenador de índices de preços da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Ele observa que, em 12 meses, o diesel já subiu 52,53% (pelo IPCA-15), e um reajuste de 8,87% na refinaria deve representar uma alta entre 4% e 5% sobre um aumento acumulado já muito elevado. Isso só engrossa, segundo ele, a necessidade de correção de preços de vários serviços movidos a diesel.

Nessa lista de serviços, estão os transportes urbano e rodoviário, a movimentação das máquinas no campo para a produção agrícola e, especialmente, o custo do frete de carga.

O presidente da Associação Brasileira dos Condutores de Veículos Automotores (Abrava), Wallace Landim, conhecido como Chorão, disse que essa nova alta do diesel elevará o custo do frete e resultará em aumento de preços dos produtos no varejo. "Realmente, precisa ser feita alguma coisa, porque o transporte está entrando em colapso, e quem sofre é a sociedade." Sergio Vale, economistachefe da MB Associados, concorda com Braz, da FGV. "Esse aumento do diesel pode se espalhar e pegar toda a cadeia de distribuição", afirma. Ele ressalta que as pressões inflacionárias que estão se acumulando nos preços dos alimentos e de transportes podem provocar uma revisão da sua projeção da **inflação** deste ano, de 7,8% para algo chegando a 9%.

Bruno Imaizumi, economista da LCA Consultores, vê novas pressões à frente. Ele espera reajuste do preço da gasolina em breve, diante da defasagem da cotação do combustível no mercado interno ante o preço internacional. Isso pode puxar a **inflação**. Nas suas contas, a defasagem da gasolina hoje é de R\$ 0,50 por litro.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Petrobras aumenta preço do diesel; alta no ano chega a 47%

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Bolsa brasileira zera ganho no ano, e dólar vai a R\$ 5,15

VTTOR DA COSTA

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>